

PROJETO DE LEI Nº , DE 2005

(Do Sr. Deputado André Figueiredo)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os policiais civis e militares serem submetidos a exames clínicos toxicológicos periodicamente

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei institui a obrigatoriedade de exames clínicos toxicológicos periódicos para policiais civis e militares.

Art. 2º Aos policiais civis e militares serão exigidos exames clínicos periódicos para detecção de presença de substâncias psicotrópicas proibidas no organismo, a serem custeados pelo poder público.

§ 1º Sendo positivo o resultado, será facultado ao servidor apresentar contraprova, podendo optar, à sua expensa, por instituição credenciada de sua preferência.

§ 2º O exame será realizado durante o estágio probatório do servidor e daí a cada dois anos, no mínimo, enquanto estiver em atividade.

§ 3º Negando-se a ser submetido ao exame o servidor será responsabilizado disciplinar e criminalmente.

§ 4º No caso de resultado positivo, o servidor será encaminhado para tratamento até sua recuperação, não podendo, nesse período, exercer função gratificada ou executar tarefas de risco.

§ 5º O tratamento do servidor será provido pelo poder público, diretamente ou mediante convênio ou contrato com instituição idônea.

Art. 3º O resultado do exame previsto no art. 2º é de natureza confidencial, só podendo ser divulgado ao interessado e, se positivo, não poderá motivar sanção de caráter disciplinar.

Art. 4º Os critérios para realização dos exames, validade, prazos e outras condições serão os previstos em regulamento.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição pretende instituir a obrigatoriedade de exame toxicológico para os servidores diretamente envolvidos com a prevenção e repressão ao uso e tráfico de substâncias entorpecentes, que são os policiais civis e militares.

Devido ao contato direto com as substâncias, na atividade policial, muitos desses servidores passam a fazer uso delas e a se envolver com seus eventuais fornecedores, os traficantes.

Por outra óptica, a atividade preventiva e repressiva não se compraz com a hipótese de o policial exercer sua função sob efeito de drogas de abuso ilícitas, dado que sua missão principal é proteger a sociedade. Sob o jugo da droga, não terá discernimento suficiente para agir com a serenidade que sua função requer, colocando em risco a segurança de terceiros, inclusive dos próprios colegas e pondo a perder a credibilidade das instituições policiais.

O exame periódico dos policiais em atividade é pertinente na medida em que é obrigação dos entes federados o cuidado da saúde, competindo-lhes legislar concorrentemente a respeito, nos termos do art. 23, inciso II e art. 24, inciso XII da Constituição Federal.

Não pode a obrigatoriedade do exame ser considerado afronta ao princípio *nemo tenetur se detegere* (ninguém é obrigado a se acusar). Por um lado, a informação acerca do uso de substância psicotrópica ficará

ao abrigo do sigilo. O resultado positivo não terá efeito para aplicação de qualquer sanção disciplinar ao servidor, pois não há que se falar em sanção criminal nesse caso. A sanção possível consiste em deixar de cumprir algo que a lei manda, com as cominações de natureza criminal (desobediência) e disciplinar decorrentes, a contrário senso do disposto no art. 5º, inciso II da Constituição Federal.

A vedação ao exercício de função gratificada e de atividade de risco é uma forma de a instituição policial se precaver contra eventuais deslizos do servidor usuário. No primeiro caso, pelo poder dissuasório do dispositivo, no sentido de incitar o servidor à busca de tratamento ou abandono do vício. Alia-se a isso necessidade de proficiência na prestação do serviço à sociedade. Quanto ao segundo aspecto, por óbvio, o policial eventualmente sujeito à influência de drogas colocará em risco a própria vida, as dos colegas e as de terceiros, pela diminuição dos reflexos e alteração psíquica provocada pelos estupefacientes.

Pelo exposto verifica-se que o objetivo do Projeto é, além de prevenir o comprometimento da saúde física e mental do servidor, mantê-lo em condições de prestar serviço de qualidade à população, reduzindo, ainda, os casos de corrupção associado ao consumo e tráfico de drogas, motivo por que encareço aos nobres Pares a aprovação da proposição.

Sala das Sessões, em de de 2005.

Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO